

AS PRÁTICAS DA AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

SELF-MANAGEMENT PRACTICES IN THE CONTEXT OF NON-FORMAL EDUCATION: AN ANALYSIS FROM THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE

PRÁCTICAS DE AUTOGESTIÓN EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN NO FORMAL: UN ANÁLISIS DESDE LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO

Alysson André Régis Oliveira¹
Luiz Brucelins Galdino da Silva²
Ryan Lins de Albuquerque³
Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti⁴

Resumo: A presente pesquisa buscou analisar a produção do conhecimento, de 2003 a 2020, no campo da economia solidária e as práticas para a autogestão no contexto da educação não formal. Assim, nos apropriamos, principalmente, das ideias Romanowski e Ens, Gohn e Singer. Para isso, foi realizada uma pesquisa do tipo Estado da Arte e, para a construção do corpus de dados, foram utilizados os resumos de artigos publicados em revistas científicas, dissertações e teses. Os resultados do presente estudo demonstram que a produção do conhecimento da economia solidária e das práticas para a autogestão no contexto da educação não formal ainda é um campo fértil para o desenvolvimento de novas investigações, indo ao encontro dos pressupostos elencados, pois se conjecturou que havia poucas pesquisas publicadas na área em função do resultado de outros estudos já publicados.

Palavras-chave: Produção de Conhecimento. Espaço Não Formal de Educação. Autogestão.

Abstract: This research aimed to analyze the production of knowledge, from 2003 to 2020, in the field of solidarity economy and the practices for self-management in the context of non-formal education. Thus, we appropriated mainly the ideas Romanowski and Ens, Gohn and Singer. For this, a State of the Art research was carried out and, for the construction of the data corpus, abstracts of articles published in scientific journals, dissertations and theses were used. The results of this study demonstrate that the production of knowledge of the solidarity economy and of practices for self-management in the context of non-formal education is still a fertile field for the development of new investigations, meeting the listed assumptions, as it was conjectured that there was few researches published in the area due to the results of other studies already published.

Keywords: Knowledge production. Non-Formal Education Space. Self-management.

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo analizar la producción de conocimiento, de 2003 a 2020, en el campo de la economía solidaria y las prácticas de autogestión en el contexto de la educación no formal. Así, nos apropiamos

¹ Professor do Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. alysson.oliveira@ifpb.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-6921-8951>

² Graduando em Administração do Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. luiz.brucelins@academico.ifpb.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-9967-0714>

³ Graduando em Administração do Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. ryan.lins@academico.ifpb.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-6392-6458>

⁴ Professora do Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. maria.cavalcanti@ifpb.edu.br. <https://orcid.org/0000-0003-1470-7042>

principalmente de las ideas Romanowski y Ens, Gohn y Singer. Para ello, se realizó una investigación de Estado del Arte y, para la construcción del corpus de datos, se utilizaron resúmenes de artículos publicados en revistas científicas, disertaciones y tesis. Los resultados de este estudio demuestran que la producción de conocimiento de la economía solidaria y de prácticas para la autogestión en el contexto de la educación no formal sigue siendo un campo fértil para el desarrollo de nuevas investigaciones, cumpliendo con los supuestos enumerados, ya que fue Conjeturó que hay pocas investigaciones publicadas en el área debido a los resultados de otros estudios ya publicados.

Palabras clave: Producción de conocimiento. Espacio de educación no formal. Autogestión.

INTRODUÇÃO

Num primeiro momento, faz-se necessário reafirmar que a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. É uma prerrogativa de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos em uma sociedade democrática. Por isso, o direito à educação é, sobretudo, o direito a aprender (GADOTTI, 2009). O que o autor traz leva-nos a pensar se a escola é o único meio ou instrumento que pode gerar aprendizagem. Em uma sociedade pós-moderna, este não é o único local possível para a realização da aprendizagem.

Ao longo das últimas décadas, com as transformações ocorridas no Brasil decorrentes do processo de globalização mundial e do avanço das novas tecnologias, a educação passou a ser vista como um instrumento de democratização, capaz de promover conhecimento e informação necessários para incluir o indivíduo no mundo do trabalho. Entretanto, a realidade aponta para uma sociedade em crise, marcada pela política neoliberal que se depara com graves problemas em todas as áreas, inclusive, a própria educação escolar, que se vê diante de novas situações geradoras das transformações nas questões pedagógicas. Dessa forma, ao não conseguir atender às exigências que se criam, a educação busca apoio em outros segmentos

da sociedade na tentativa de combater, ou, pelo menos, diminuir as dificuldades resultantes do seu próprio sistema capitalista, gerando novas formas de intervenção social. É nesse cenário que a educação não formal, que ocorre em espaços não escolares, passa a se destacar, pois se configura como um campo de aprendizagens e saberes. Ela entra em cena, ocupando, cada vez mais, novos espaços significativos na sociedade, merecendo, portanto, um olhar diferenciado.

Esses espaços configuram, assim, um novo campo da educação que aborda processos educativos fora das escolas ou não, em processos organizativos da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais estratégicos, ou processos educacionais articulados com a escola e a comunidade. No Brasil, a educação não formal apresenta uma estreita relação com os movimentos sociais (GOHN, 2007). Essa relação está focada no aspecto político, isto é, no caráter educativo da organização política da coletividade.

A concepção que se tem quanto ao entendimento de educação não formal nessa pesquisa parte do pressuposto de que a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal, a informal e a não formal, que tem um campo próprio, embora possa se articular com as outras duas. A não formal engloba os saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências via participação social, cultural ou política em determinados processos de

aprendizagens, tais como projetos sociais, movimentos sociais, entre outros. A educação não formal contribui para a produção do saber à medida em que atua no campo no qual os indivíduos agem como cidadãos.

A evolução dos conceitos que envolvem a educação nãoformal nos conduz a buscar interação com o que trata a pedagogia social, bem como seu desdobramento na concepção da educação social. Toda essa abrangência de significados vai muito além, do que possa se ter erroneamente, como atitudes educacionais assistencialistas. A educação nãoformal, emerge para uma aprendizagem que inclui às práticas sociais e, respeitando as divergências nesse processo de ensino e aprendizagem, possibilita uma intervenção na educação desses espaços não escolares. Tal prerrogativa predispõe a chamada educação social, cuja proposta de cunho socioeducativo, se presta a tender sujeitos e/ou grupos sociais em situações diversas, onde a vulnerabilidade econômica, cultural e social permeiam.

Autores como Gohn (2007), Carvalho e Baptista (2008), Pérez Serrano (2010), Timóteo & Bertão, (2012), Gadotti (2012), Paiva (2015) referem-se à Educação social como uma ação facilitadora da articulação social, de modo a não permitir a exclusão via processos de integração social, almejando uma cidadania absoluta.

Acerca da proposta da Educação Social Timóteo & Bertão (2012, p.15) assim se posicionam:

[...] a ação educativa com vista à capacitação dos sujeitos, dos grupos e das comunidades para uma integração social consciente. "Educar" para a participação social implica intervir e provocar mudanças a nível pessoal, interpessoal e nos

diferentes sistemas onde o sujeito se move (família, escola, instituições, entre outros), procurando mudanças de atitude e, gradualmente, mudanças de (sub)culturas que obstaculizam a participação social e, em última análise, o desenvolvimento.

A colocação dos autores supramencionados corroboram para o fato de que o trabalho do Educador Social abriga argumentos que tratam da população em risco social, falta de adaptação social bem como da população em geral e, para assimilar o alcance e importância da Educação Social se faz mister entender as mudanças e concepções políticas, culturais e econômicas que permeiam a realidade educativa e, como não poderia deixar de ser, considerar também suas consequências no contexto social global, de modo que seja tratada de forma sistêmica a propositura do desenvolvimento dos sujeitos para que possam participar ativamente na comunidade a que pertencem.

Para efeito da presente pesquisa, delimita-se a sua abrangência às práticas para a autogestão realizada pelo Movimento de Economia Solidária (MES), de uma forma especial, dos Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS), enquanto espaços não formais de educação. A Economia Solidária é uma alternativa que congrega diversas experiências e modelos sociais para o desenvolvimento econômico como resposta para o desafio de se manter um elevado padrão de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No que tange ao conceito do termo EES, essa pesquisa apoia-se no conceito traduzido pelo Sistema de Informações de Economia Solidária (Portaria Ministerial, nº

30 de 20 de março de 2006). Isto é, são organizações coletivas, autogestionárias, permanentes e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. Partimos do pressuposto de que os EES são considerados espaços de educação não formal, pois desenvolvem uma vertente educativa com intencionalidade e especificidade bem definidas ancoradas nos princípios norteadores do movimento social. Foi dessa maneira que esta pesquisa emergiu: motivada a analisar a produção do conhecimento no campo da economia solidária e a prática para autogestão no contexto da educação não formal.

A atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), base concreta do Movimento de Economia Solidária (MES), vem crescendo de forma significativa, esperando-se, com isso, que, com tamanho desenvolvimento, os processos internos devam estar cada vez mais arrojados, de forma a contribuir para a sustentabilidade desses grupos.

O surgimento de uma nova forma de organizar a economia em bases solidárias e éticas já tem uma pré-história bastante rica e diversificada. Os pioneiros lançaram bases para que houvesse forças capazes de renovar e até criar novas práticas sociais e econômicas.

Os mecanismos democráticos e autogestionários passaram a ser uma prática cotidiana nos empreendimentos solidários, principalmente pelas dificuldades ou deficiências existentes nos grupos que surgiam. A falta de recursos

financeiros, de experiência ou formação em gestão e administração, de tecnologias ou mesmo de equipamentos com que pudessem iniciar o trabalho tinha que ser superados através da **união e da força coletiva. Só com o apoio de todos eram capazes de enfrentar dificuldades e superar obstáculos** (RUFINO, 2005, p.4, grifo dos autores).

Um dos aspectos mais discutidos atualmente no cenário da economia solidária refere-se ao termo sustentabilidade, ou seja, entendido aqui como a capacidade de captar recursos, financeiros, materiais e humanos, de maneira suficiente e continuada, e utilizá-los com competência, de maneira a perpetuar a organização, permitindo-lhe o alcance dos objetivos da autogestão.

Com isso, procurou-se deixar clara a gênese (problemática motivadora), que passou a ser: como se dá a produção do conhecimento no campo da economia solidária e as práticas para a autogestão no contexto da educação não formal? Desse modo, o objetivo central desta pesquisa foi analisar a produção do conhecimento no campo da economia solidária e as práticas para a autogestão no contexto da educação não formal. E, para se atingir o objetivo central do estudo, os seguintes objetivos específicos foram inicialmente pensados: (a) identificar as principais produções atreladas às temáticas da economia solidária e as práticas para a autogestão no contexto da educação não formal; (b) identificar os diversos tipos de espaços de educação não formal voltados à relação no movimento de economia solidária e a autogestão; (c) revelar os múltiplos enfoques e perspectivas referentes à prática da autogestão no campo da economia solidária presentes nos espaços de educação não formal.

Repensar as bases pelas quais se pautam a economia de tipo capitalista tornou-se uma das principais vertentes do pensamento (econômico, filosófico, histórico, etc.) durante os séculos XIX e XX. As propostas retiradas destes estudos buscam sanar algumas partes ou transformar o sistema como um todo. A Economia Solidária (ES) busca também a mudança, pois ela “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associação do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p.10).

A gestão dos EES é um tema que se insere em um contexto marcado por inúmeros desafios de ordem prática e acadêmica. Prática porque reflete um momento de mudança na conformação do setor e na forma como os empreendimentos têm sido gerenciados. Acadêmicas porque se insere em um campo de estudos recente, ainda marcado pela carência de pesquisas e conceitos que permitam desenvolver investigações suportadas por conhecimentos sólidos e sistematizados.

Os estudos sobre grupos de produção de economia solidária têm sido foco de outras áreas, como a sociologia, a economia, educação e serviço social. Acredita-se que pouco espaço tem sido dedicado a esses temas no campo das ciências da educação e administração, gerando, com isso, dentro da vertente das práticas da autogestão, um caráter inédito e não trivial do estudo proposto.

Outro elemento de impacto da pesquisa para o desenvolvimento de inovação, além do caráter inédito pautado nos parágrafos anteriores, destaca-se pelo fato de que, segundo Romanowski e Ens (2006), pesquisas do tipo Estado da Arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico

de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

A partir do exposto, este trabalho justifica-se pelo fato de perceber as práticas de autogestão desenvolvidas pelos agentes do Movimento de Economia Solidária como um campo rico para a pesquisa que envolve atuais problemas relacionados com a educação cidadã e a organização da sociedade civil, em ações coletivas voltadas à transformação social. A contribuição desta pesquisa também envolve o ponto de vista teórico, enfatizando o impacto do projeto para o desenvolvimento científico. Existem poucos estudos do tema proposto, quanto ao caráter relacional dos termos, caracterizando-se como um estudo novo, principalmente do tipo Estado da Arte, na área da educação não formal, voltado à economia solidária e às práticas para a autogestão. A pesquisa proporciona, em nível teórico, uma reflexão sobre o desenvolvimento das práticas para a autogestão e suas contribuições na formação do sujeito, tornando-se um tema inovador. Compreende-se, ainda, a importância de estudos que aprofundem os problemas vividos e sentidos pelas classes populares, contribuindo, por meio desse conhecimento, para uma reflexão da atuação dessa natureza de organizações sociais, levando a acreditar que pesquisar sobre este tema foi de grande contribuição prática para as ações educativas deste tipo de atores. Do ponto de vista institucional (impacto do estudo para o

desenvolvimento tecnológico), no caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), os ganhos foram diversos, como: contribuir para sua incubadora sistêmica (Incutes), que desenvolve um trabalho educativo (processo de incubação) com o foco em autogestão junto a vários EES; apoiar os trabalhos de extensão desenvolvidos pelos *campi*, bem como contribuir nas reflexões das práticas docentes voltadas à disciplina de Empreendedorismo, que é ministrada em vários cursos da instituição, repensando e ampliando, assim, a reflexão do ensino da prática empreendedora para a vertente social e comunitária. No tocante à essencialidade da pesquisa, Estado da Arte, esse tipo de estudo é justificado por possibilitar uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes (impacto do estudo para o desenvolvimento de inovação). E, por último, destacaria a oportunidade que os pesquisadores têm atualmente de realizar um trabalho junto ao NEGN – Núcleo de Estudos em Gestão e Negócios, Núcleo Rizoma, que possui como eixo de trabalho os Empreendimentos Econômicos Solidários. Com esta pesquisa, os estudantes envolvidos no NEGN vivenciaram o diálogo na pauta da indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino, por meio dos pontos de intersecções que o núcleo propõe em suas linhas de trabalho.

Entende-se que, mesmo sendo o trabalho científico uma escrita, muitas vezes, individualizada, ou seja, tendo como estopim uma perspectiva pessoal, ela, em seu decorrer, materializa-se como uma construção de várias vozes. As contribuições

trazidas pelos autores e sujeitos que elencam o referencial teórico-metodológico deram rumos a uma construção que também se configura como coletiva.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi caracterizada como uma pesquisa bibliográfica, do tipo Estado da Arte (ROMANOWSKI E ENS, 2006), voltada para a produção do conhecimento no campo da economia solidária e das práticas para a autogestão no contexto da educação não formal.

Ainda dentro do pensamento de Romanowski e Ens (2006), pesquisas do supracitado tipo podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. Para Soares (1989), esse tipo de pesquisa objetiva inventariar e sistematizar as produções ao longo do tempo em determinada área do conhecimento.

Entretanto, como destaca Melo (2006), apesar dos atributos desse formato de pesquisa, ainda há poucos autores e pesquisadores que se dedicam à realização da constituição de pesquisas no âmbito Estado da Arte. Sendo assim, no intuito de conhecer as produções científicas já elaboradas e construídas e, a partir daí, investir em temas que não foram ainda concebidos, com vistas a se dedicar cada vez

mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso e, também, aprofundar-se em determinadas áreas de conhecimento e buscando a divulgação dos dados para a sociedade, os pesquisadores dessa vertente trazem em comum essa opção metodológica (FERREIRA, 2002).

Em virtude disso, este estudo subsidiou-se em duas abordagens: qualitativa e quantitativa (RICHARDSON, 2000), para compreender categorias e correlacionar variáveis relacionadas ao fenômeno estudado, com o intuito de dimensionar a compreensão do fenômeno neste tempo que se convencionou chamar de sociedade informacional, da mente, da cognição do conhecimento, interligando as correlações que figuram realidades locais e globais.

Em termos tipológicos, a pesquisa foi explicativa (LAKATOS; MARCONI, 2010; RODRIGUES, 2007), revelando os múltiplos enfoques e perspectivas do campo de estudo da economia solidária e as práticas para a autogestão. A pesquisa explicativa adotou vertentes qualitativas a partir do levantamento (identificação e categorização) sobre economia solidária e autogestão em comunicações científicas (teses, dissertações e artigos). Tal levantamento deu-se pelas etapas que Romanowski e Ens (2006) preconizam para a construção desse modelo de pesquisa, conforme segue a sequência abaixo descrita:

- a) definição dos descritores para direcionar a busca das informações;
- b) fontes específicas de consultas para o material de pesquisa (teses, dissertações, artigos em periódicos e em anais de eventos);
- c) estabelecimento de critérios para a seleção do material que comporá o *corpus* do estudo;

d) leitura das produções e organização dos dados de interesse;

e) construção de tabelas com os dados coletados do material de pesquisa;

f) sistematização de relatórios com os conteúdos de interesse e as tendências abordadas na pesquisa;

g) análise e elaboração das considerações finais.

Assim, foram escolhidos, para constituir os dados da presente pesquisa, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, trabalhos que geralmente passam pela avaliação e/ou qualificação por algum especialista da área. Seguindo as recomendações de Romanowski e Ens (2006), as pesquisas desse escopo devem utilizar estudos que sejam pertinentes para a temática em questão, tendo sido avaliados pelos pares.

Para realizar o estado da arte das pesquisas sobre economia solidária e as práticas para a autogestão no contexto da educação não formal, de modo a evidenciar as tendências das investigações publicadas e suas principais considerações, foi realizado um recorte temporal, de 2003 a 2020. O período escolhido justifica-se pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, impulsionando, com isso, a política e os estudos acadêmicos junto ao Movimento de Economia Solidária em território nacional.

A definição dos descritores de assunto, para tanto, foi baseada na análise daqueles disponíveis em uma produção significativa e diversificada disponível sobre a temática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ambientes nos quais se encontram os trabalhos produzidos nos programas de

pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas e privadas do Brasil, bem como na estratégia específica de indexação no Google Acadêmico e na ScientificElectronic Library Online (SciELO), para o levantamento de artigos publicados em periódicos de áreas científicas. Publicações adicionais podem ser recuperadas da lista de referência dos estudos incluídos.

Como critério inicial para a localização de trabalhos que atendiam aos objetivos da presente pesquisa, foi realizada a procura com as combinações de palavras-chave presentes no Quadro 1. Os termos foram combinados, a fim de aumentar as chances de encontrar o máximo possível de pesquisas, fazendo-se uso dos operadores booleanos "OR" e "AND".

Quadro 1: Palavras-chave inter-relacionadas

Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3
Educação não formal	Espaços não formais de educação	Economia solidária
Educação não formal	Espaços não formais de educação	Movimento de economia solidária
Educação não formal	Espaços não formais de educação	Autogestão
Educação não formal	Economia solidária	Movimento de economia solidária
Educação não formal	Economia solidária	Autogestão
Educação não formal	Movimento de economia solidária	Autogestão
Espaços não formais de educação	Economia solidária	Movimento de economia solidária
Espaços não formais de educação	Economia solidária	Autogestão
Espaços não formais de educação	Movimento de economia solidária	Autogestão

formais de educação	economia solidária	
Economia solidária	Movimento de economia solidária	Autogestão

Fonte: elaborado pelos autores, 2021

Durante a busca, eram selecionados apenas os trabalhos que, inicialmente, no seu título, resumo ou palavras-chave, apresentavam indícios de ir ao encontro dos objetivos desta pesquisa. Após a seleção, os trabalhos foram organizados em tabelas, identificados em colunas com o seu ano de publicação, tipo de documento, autoria, título, estado, instituição, nome da revista, tipo de espaço não formal, práticas de autogestão, tipos de pesquisa, resumo e uma última coluna para a categorização.

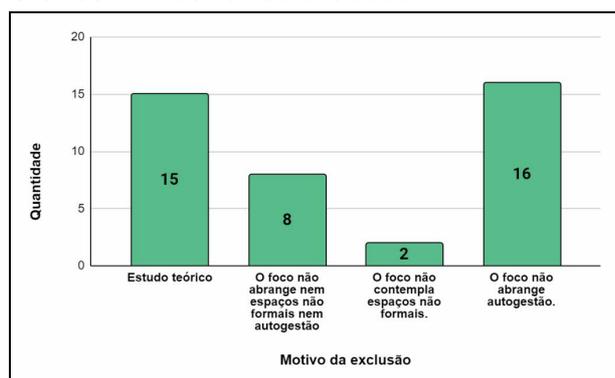
No total, foram localizadas 34 pesquisas que atendiam ao objetivo deste trabalho, e, pela quantidade, optou-se por nomear os artigos com a identificação de uma letra e números cardinais consecutivos. Não foram citados seus autores no formato de citação autor-ano, pois, se tal modelo tivesse sido escolhido, ter-se-ia que incluí-los nas referências, e essa quantidade iria tornar a presente pesquisa incompatível com as regras para publicação de diversas revistas científicas.

Para a análise em profundidade, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: textos completos disponíveis nas bases de dados anteriormente mencionadas, temáticas dos estudos relacionadas às práticas da autogestão, a economia solidária em espaços não formais de educação, práticas de autogestão nos empreendimentos econômicos solidários e/ou a política da autogestão no movimento da economia solidária. A inclusão contemplou a produção de conhecimentos sobre a economia solidária e as práticas para

a autogestão no contexto da educação não formal. O horizonte dessa busca, portanto, identificou narrativas constituídas sobre as práticas autogestionárias enquanto aprendizagem.

Após as leituras dos materiais selecionados, foi possível filtrar o conteúdo, e, assim, realizou-se a exclusão de alguns documentos, como podemos ver no Gráfico 1. A maior parte dos estudos desclassificados consistiu naqueles que não abordavam a autogestão (39,0%; n=16). Outro dado a se destacar como fator de exclusão foi a quantidade de estudos teóricos, 36,6% (n=15). Por fim, temos o motivo de menos impacto no fator de exclusão, produções cujo foco não abrange espaços não formais (4,9%; n=8).

Gráfico 1: Motivos de exclusão



Fonte: elaborado pelos autores, 2021

No tocante às estratégias de tratamento dos dados, para a tabulação e o processamento estatístico dos resultados da pesquisa (análise quantitativa), foi utilizada a planilha eletrônica *Microsoft Excel* 2010, para a elaboração de algumas tabelas e gráficos. Em relação à análise qualitativa, as informações ordenadas e organizadas foram analisadas e interpretadas por meio da utilização de técnicas descritas de Análise de Conteúdo com base nos estudos de Bardin (1977).

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta pesquisa, com a análise dos trabalhos selecionados, identificou-se a existência de 34 documentos, os quais correspondem a oito teses, 18 dissertações e oito artigos em periódicos (Gráfico 2), publicados no período entre 2003 e 2020.

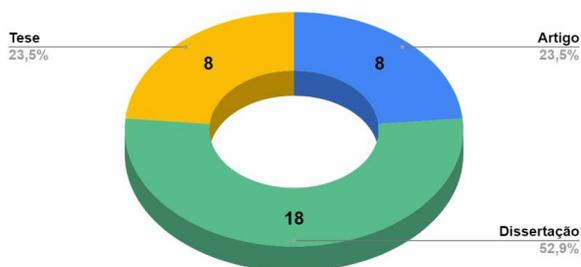
As produções oriundas de trabalhos *stricto sensu* são, de acordo com Marin e Vinholi Júnior (2020), documentos elementares para as pesquisas bibliográficas do tipo Estado do Conhecimento, uma vez que oferecem contribuições científicas fundamentadas em diversos tipos de discursos, além de representar uma inovação própria de uma área certa do conhecimento como resultado de inúmeras pesquisas nas mais diversas áreas de estudos. Não obstante, ressalta-se a profunda relevância dos artigos publicados em periódicos, configurando-se como fontes seguras, arbitradas e consistentes para a divulgação científica, de forma que as revistas científicas atendem à necessidade “por meios de comunicação eficientes, de alcance amplo e ilimitado, tanto para a divulgação quanto para a consulta de informações pelo público” (BURIN et al., 2014, p. 2).

A partir do material selecionado e analisado, foi possível observar algumas características das publicações que envolvem a produção do conhecimento no campo da economia solidária e das práticas para a autogestão no contexto da educação não formal. Por meio de um conjunto de ilustrações, abaixo demonstrado, discutem-se os pontos mais relevantes do resultado da pesquisa.

Assim, neste estudo, os achados advindos da busca organizada de acordo com as palavras-chave propostas, anteriormente no Quadro 1, são compostos por teses,

dissertações e artigos publicados em periódicos, conforme dados do Gráfico 2.

Gráfico 2: Tipos de documentos selecionados sobre a economia solidária e as práticas para a autogestão no contexto da educação não formal



Fonte: dados da pesquisa, 2021

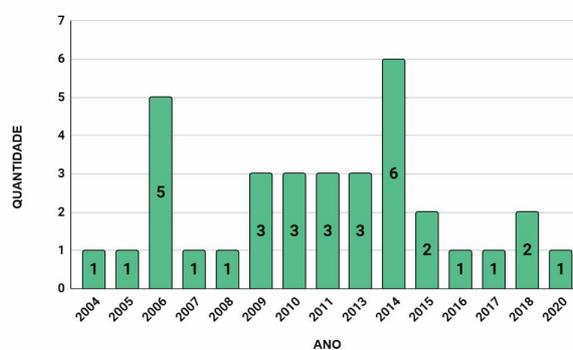
Como é perceptível no Gráfico 2, as dissertações representaram um total de 18 achados, resultando em 52,9% e traduzindo-se, em sua maioria, no arcabouço de documentos presentes no estado da arte que envolve a produção do conhecimento no campo da economia solidária e das práticas para a autogestão no contexto da educação não formal. Por sua vez, as teses, juntamente com os periódicos, exprimem quantidades de achados semelhantes (23,5%; n=8).

É oportuno destacar que algumas publicações não abordaram, explicitamente, em seus resumos, a questão da educação no espaço não formal, bem como as práticas para a autogestão, sendo necessário recorrer ao texto completo para melhor compreensão da proposta. Ferreira (2002) traz a questão das características dos resumos de acordo com o tipo de documentos e forma como é disponibilizado para pesquisa. No geral, os resumos apresentam informações e estruturas semelhantes, mas alguns podem não contemplar todos esses aspectos.

No que se refere à quantidade de publicações por ano, por meio do Gráfico 3,

observou-se que, no ano de 2014, houve o maior número de produções (17,6%; n=6); logo em seguida, temos o ano de 2006, com um total de 14,7% (n=5) da amostra. Outro fato a se destacar é que, de 2009 a 2013, houve os mesmos percentuais (8,8%; n= 3). Por fim, notou-se que a metade dos anos teve apenas uma publicação, contando com o percentual de 2,9%.

Gráfico 3: Relação de publicações sobre o campo da economia solidária e das práticas para a autogestão no contexto da educação não formal entre os anos de 2004 e 2020



Fonte: dados da pesquisa, 2021

Diante do exposto, convém ressaltar alguns pontos referentes à reconstituição histórica do movimento de economia solidária que contribui para o entendimento da dinâmica da quantidade de publicações ao longo do horizonte de tempo. A dinâmica social apresentada no advento e evolução da economia solidária envolveu ações nacionais e internacionais em torno das consequências da mundialização e da maior concentração de riquezas. Cabe destacar que este movimento é claramente perceptível com a criação de uma secretaria nacional. Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei, criando, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A direção da SENAES ficou a cargo de um respeitado acadêmico

brasileiro, com grande atividade, pesquisa e produção sobre o tema, o economista Paul Singer. A partir de então, a economia solidária alçou o *status* de política pública de governo.

Singer (2003) ressalta que a SENAES entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Microcrédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país.

Em meio a esta discussão, Sousa (2008) afirma, ainda, que, mesmo antes da criação da SENAES, as iniciativas de economia solidária no Brasil vinham sendo impulsionadas a partir das ações de vários grupos sociais (movimentos sociais, ONGs, Igrejas, incubadoras, etc.), que apoiavam, entre outras, a constituição e a articulação de cooperativas populares, as redes de produção e comercialização e as feiras de cooperativismo e economia solidária. Ao longo do tempo, esses grupos passaram a articular fóruns estaduais e regionais, mas foi no marco das organizações de entidades, durante as edições do Fórum Social Mundial, que se constituíram as bases de criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), considerado hoje o espaço de articulação da sociedade sobre este tema.

O FBES é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial em 2001. Em junho de 2003, realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, que contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados e teve a

participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Neste período de apenas alguns anos de vida do FBES, é possível perceber um expressivo crescimento da Economia Solidária e de sua organização. Se, em 2002, a organicidade da Economia Solidária manifestava-se em apenas cinco Estados, em 2003, as plenárias estaduais foram realizadas em 17 deles. Desde 2006, os Fóruns Estaduais estão presentes em todos os 27 Estados do Brasil. Hoje, são mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. O FBES descentralizou sua atividade, organizando os citados fóruns na maioria das unidades da federação (SINGER, 2004).

Com base nesse contexto, pode-se afirmar que temas como economia solidária e autogestão no Brasil são marcados pela potencialização da produção acadêmica na sua história recente por dois grandes fatos: a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que deu um caráter nacional ao que se chama aqui de Movimento de Economia Solidária, e o outro foi a criação, no Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), trazendo para o Estado a responsabilidade da implementação da política pública.

No que diz respeito ao número de publicações por Estados, a Tabela 1 torna visível a contribuição de cada região, baseada no número de publicações encontradas em seus Estados na abrangência temporal do

estudo. Assim, cabe ressaltar, ainda, que a região Sudeste, tendo como alicerce Minas Gerais (MG) (21,4%; n=3), São Paulo (SP) (64,3%; n=9) e Rio de Janeiro (RJ) (14,3%; n=2), comporta o maior número de publicações do gênero, seguida pela região Sul, com os respectivos Estados do Paraná (PR) (36,4%; n=4), Rio Grande do Sul (RS) (45,5%; n=5) e Santa Catarina (SC) (18,1%; n=2). Por sua vez, a região Nordeste, apesar de se fazer presente, apresenta o menor número de publicações, com um total de quatro, distribuídas entre Pernambuco (PE) (50%; n=2), Paraíba (PB) (25%; n=1) e Rio Grande do Norte (RN) (25%; n=1).

Tabela 1: Relação de publicações sobre a economia solidária e as práticas para a autogestão no contexto da educação não formal por regiões/Estados

Regiões	Estados	Produções em número absoluto	% do Estado dentro da região
Nordeste	PE	2	50,0
	PB	1	25,0
	RN	1	25,0
	TOTAL	4	100,0
Sudeste	MG	3	21,4
	SP	9	64,3
	RJ	2	14,3
	TOTAL	14	100,0
Sul	PR	4	36,4
	RS	5	45,5
	SC	2	18,1
	TOTAL	11	100,0
Centro-Oeste	DF	5	100,0
	TOTAL	5	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2021

Com base neste cenário, é preciso acentuar que o último mapeamento (2010 – 2012) que compõe o SIES cobriu 52% dos municípios brasileiros e levantou dados sobre 19.708 empreendimentos e uma população de 1.423.631 homens e mulheres. Desses

empreendimentos, 8.040 estão localizados no Nordeste; 3.292, no Sul; 2.656 no Norte; 3.228 no Sudeste e 2.021 no Centro-Oeste do país. Ou seja, quase a metade (40,8%) deles localiza-se no Nordeste. Em segundo lugar, está o Sudeste (16,7%); em terceiro e quarto, o Sul (16,4%) e o Norte (15,9%) e, por último, o Centro-Oeste (10,3%). Os dados também indicam que mais da metade dos empreendimentos (60%) está organizada na forma de associações: 30,5% são grupos informais, 8,8%, cooperativas e 0,6%, distribuídos entre empresas autogestionárias de sociedade mercantil. Do total dos EES, a maioria atua na área rural (54,8%). Mas, se considerarmos a relação entre a área de atuação e a região dos EES, é possível verificar que, somente nas regiões Norte e Centro Oeste, a distribuição é próxima à média nacional. Na região Sul, a atuação dos EES na área rural e urbana é equilibrada (em torno de 42%); no Nordeste, o predomínio de EES que atuam na área rural é bastante superior à média nacional (72,2%). Por sua vez, no Sudeste, predominam os EES que atuam na área urbana (61%). Aos 19.708 EES do SIES estão associadas 1.423.631 pessoas, uma média de 72 pessoas associadas por EES. A distribuição de sócios por sexo demonstra predomínio dos homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6). Segundo os registros, a atividade econômica desses empreendimentos é muito variada, mas, considerando as 50 atividades que mais aparecem nos empreendimentos, predominam as ligadas à agropecuária, extrativismo e pesca (50%), seguidas das de produção manufaturada – industrial e artesanal (37%), ficando as atividades caracterizadas como serviços (com 7%) e como comércio, 6%.

A partir desta breve descrição no cenário atual referente aos

Empreendimentos Econômicos Solidários, que representam a materialização do Movimento de Economia Solidária, percebe-se que o percentual de publicações por região não possui ligação com a distribuição (existência) dos EES nas regiões geográficas.

Semelhante à tabela anterior, a Tabela 2 explicita o número de produções por instituições, destacando-se a Universidade de Brasília (UnB), com um total de quatro publicações, representando 14,3% da amostra. Em seguida, temos a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), todas apresentando o mesmo número de publicações e porcentagens (10,7%; n=3). É interessante apontar, ainda, que a maioria das instituições apresentadas na Tabela 2, valor que representa 11 de 17, apresenta a mesma quantidade de publicações e porcentagens (3,6%; n=1), de modo que, somadas, representam um total de 39,6% (n=11).

Tabela 2: Relação de publicações sobre o campo da economia solidária e das práticas para a autogestão no contexto da educação não formal por instituição

Instituições	Produções em número absoluto	Produções em %
USP	3	10,7
MACKENZIE	1	3,6
UFPR	3	10,7
UNIPLAC	1	3,6
UMA	1	3,6
UFSCar	3	10,7
UnB	4	14,3
UFMG	2	7,0
UNISINOS	2	7,0
UNESA	1	3,6
PUCRS	1	3,6
UNILASALLE	1	3,6
UFPE	1	3,6
IFPB	1	3,6
UFRN	1	3,6

UFRGS	1	3,6
UEL	1	3,6
TOTAL	28	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2021

Nos documentos classificados, no que se refere à tipologia dos espaços não formais de educação onde são desenvolvidas as práticas de autogestão e que fazem parte do Movimento de Economia Solidária, observa-se o elenco expresso no Quadro 2.

Quadro 2: Tipologias de espaços não formais de educação e as práticas para a autogestão

ESPAÇO NÃO FORMAL DE EDUCAÇÃO	QUANTIDADE DE TRABALHOS
Associação	2
Cooperativa	12
Grupos Produtivos Informais	14
ONG	1
Rede de Cooperação	3
Banco Comunitário	1
Incubadora de EES	1
Assentamento	1
Outros	3

Fonte: dados da pesquisa, 2021

Os espaços educativos destinados à educação não formal “[...] localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais [...]” (GOHN, 2010, p.29). De acordo com a posição da autora citada, o espaço educativo não formal contempla o ambiente fora das escolas, conforme se pode destacar por meio do Quadro 2, com a descrição das tipologias

de ambientes onde são desenvolvidas as práticas de autogestão.

Ainda nesta discussão, que permeia as tipologias de espaços não formais de educação apresentadas neste estudo, demarca-se que as mesmas não têm o caráter formal dos processos escolares, normatizados por instituições superiores oficiais certificadoras de titularidades. Seguem esse caminho autores como JauneTrilla (2008), pesquisador que passou a ser um referencial nos estudos sobre a educação não formal na década de 1990. Destaca-se que a educação não formal lida com outra lógica nas categorias espaço e tempo, devido ao fato de não ter um currículo definido *a priori* quanto aos conteúdos, temas ou habilidades a serem trabalhados. Já Afonso (2006, p.90) introduz a categoria não escolar como sinônimo de não formal. Entretanto, ele alerta: “a justificção da educação não escolar não pode ser construída contra a escola, nem servir a quaisquer estratégias de destruição dos sistemas políticos de ensino”. Cortella (2006) também adota essa linha e vai além: para ele, a educação não formal deveria articular-se com a formal, atuando complementarmente.

Em suma, entende-se a educação não formal como aquela voltada para a formação do ser humano como um todo, cidadão do mundo no mundo, homens e mulheres. As metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos, nascendo a partir da problematização da vida cotidiana e construindo-se na trajetória do processo e nos ritmos dos sujeitos. A educação não formal é fundamental para a formação da cidadania, para o exercício da civilidade no convívio com o outro e na utilização de padrões éticos, para o reconhecimento e a aceitação da diversidade cultural e suas

diferenças e para a prática da não violência em todas as esferas da vida.

Chega-se, portanto, aos conceitos que foram adotados neste estudo e que se cristalizam harmonicamente com o contexto da produção do conhecimento no campo da economia solidária e as práticas para a autogestão no contexto da educação não formal:

A **economia solidária** surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A **economia solidária** casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) [...]. O modo solidário de produção e distribuição parece, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. **Mas, na verdade, ele constitui uma síntese que supera ambos** (SINGER E SOUZA, 2003, p. 13, grifo dos autores).

[...] o que define a autogestão são as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural (XAVIER, 2008, p. 19).

A educação não formal é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve

organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p.33).

Desta forma, o sentido imbricado nas práticas para a autogestão desenvolvidas pelos espaços não formais de educação apenas reforçam a justificativa de se trabalhar a categoria da não formalidade, de espaços não escolares presentes no movimento de economia solidária e da

prática da autogestão neste estudo, enfatizando, com isso, toda a discussão ora tratada da ampliação do conceito de educação, principalmente enquanto espaços de aprendizagens. No Quadro 3, torna-se possível a compreensão das práticas para a autogestão presentes no movimento de economia solidária enquanto espaço não formal de educação.

Quadro 3: Práticas para a Autogestão nos Espaços Não Formais de Educação

Sentido da Autogestão	Fundamentos das Categorias da Autogestão	Materialidade das Práticas de Autogestão
LIBERDADE	O historicismo, ao contrário, integra liberdade com necessidade e se acautela diante da expressão marxista “passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade”(GERRATANA, 1975). A ideia da liberdade só adquire significação quando comunga com a luta dos homens por libertar-se.	Valorização da liberdade, a expansão da liberdade no trabalho e em outros âmbitos da vida, como o doméstico, educacional, cultural e ambiental, o assumir-se como sujeito de sua história, o enfrentamento da opressão, a valorização da democracia, entre outros.
AUTONOMIA	Para Castoriadis (1992), uma política de autonomia deve ter como objeto final ajudar a coletividade a criar suas instituições, sem, porém, limitar a capacidade dos indivíduos de serem autônomos.	Desenvolvimento e respeito da autonomia individual, que permite expressões da criatividade das pessoas envolvidas. Presença da construção coletiva de projetos pautados pelos objetivos comuns do grupo.
EMPODERAMENTO ECONÔMICO	Não basta a assistência econômica por parte do Estado; deve-se promover o desenvolvimento de capacidades que permitam às pessoas gerar rendas por sua própria conta e, desta forma, sair por si mesmas da pobreza. (RODRÍGUEZ, 2005, p. 223).	Formação autogestionária, que empodere o sujeito, com vistas no desenvolvimento local e econômico, ampliando as possibilidades de elevação da renda, de melhorarias nos intercâmbios comerciais e do e fortalecimento dos espaços alternativos de comercialização.
ESPAÇO DEMOCRÁTICO	O projeto proposto pela economia popular e solidária tem entre seus principais fundamentos o desafio de estruturar uma economia que se alimente da inclusão social e da distribuição de renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na direção da democracia econômica, a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais (ARROYO, 2006, p. 53).	A organização é democraticamente gerida pelo conjunto dos trabalhadores, que exerce o controle efetivo sobre o processo de produção, distribui o resultado proporcionalmente ao trabalho realizado, contribui para a tomada de decisões coletivas e proporciona a autonomia do grupo (espaço não formal de educação) em relação às atividades realizadas.
EMANCIPAÇÃO SOCIAL	[...] é a voracidade com que a globalização hegemônica tem devorado, não só as promessas do progresso, da liberdade, da igualdade, da não discriminação e da	Estratégia de emancipação social na medida em que o espaço não formal de educação vem praticando princípios da autogestão, por meio do apercebimento dos sujeitos

	racionalidade, como a própria ideia da luta por elas, ou seja, a regulação social-hegemônica deixou de ser feita em nome de um projeto de futuro e com isso deslegitimou todos os projetos de futuro alternativo antes designados como projetos de emancipação social (SANTOS, 2002, p. 17).	nos seus processos de trabalho.
COOPERAÇÃO	A existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e das capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus (SINGER, 2002).	A educação acontece no preparo dos associados para a cooperação, como um processo de qualificação política e técnica dos associados.
SOLIDARIEDADE	A Economia Solidária trata, ainda, de unir essas diferentes formas de economia transformadora numa rede de solidariedade: solidariedade com uma visão compartilhada, solidariedade com troca de valores, a solidariedade com os oprimidos (SINGER, 2002).	Participação e senso de pertencimento no desenvolvimento comunitário respaldado por meio da compreensão dos princípios de solidariedade.
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA	Gohn (2007) quando afirmam que a educação não formal com caráter emancipatório defende que essas práticas socioeducativas apresentam várias dimensões, como a emancipação política, isto é, revestida de práticas que capacitam os indivíduos com objetivos comunitários, além de proporcionar-lhes fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor.	Desenvolvimento formativo que alia o desenvolvimento técnico e político dos trabalhadores, dentro dos princípios de uma organização do trabalho que prima pela autogestão. A política no cotidiano da autogestão pode ser entendida como inerente ao trabalho. E o trabalho, por sua vez, pode ser compreendido como objeto de prática política do grupo.
CONSCIÊNCIA CRÍTICA	A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada. A consciência mágica, por outro lado, não chega a acreditar-se 'superior aos fatos', dominando-os de fora, nem 'se julga livre para entendê-los como melhor lhe agrada'. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade. É próprio desta consciência o fatalismo, que leva ao cruzamento dos braços, à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem (FREIRE, 1967).	Desenvolvimento da consciência crítica que leva à práxis.

Fonte: dados da pesquisa, 2021

Uma essencialidade presente nas práticas de autogestão contemplada no material envolvido neste estudo refere-se à

temática da liberdade. Liberdade deve ser outra categoria também lembrada quando se fala de economia solidária e práticas de

autogestão, dada a força motivadora de suas práticas, geradoras de processo incentivador na busca e produção de saberes que podem vir a ser ferramentas importantes para os indivíduos aprenderem a fazer leituras próprias do mundo em que vivem, dos fatos sociais que os circundam.

O historicismo, ao contrário, integra liberdade com necessidade e se acautela diante da expressão marxista “passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade”. (GERRATANA, 1975). A compreensão dessa pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se.

A prática da autogestão deve estar revestida de metodologias adequadas a essa realidade, valorizando as pedagogias populares e participativas e os conteúdos apropriados à organização na perspectiva autogestionária, tendo como princípio a autonomia, outro elemento presente na essencialidade desta prática.

Tomando como base este pensamento, considera-se que a autonomia é requisito básico para a participação política do indivíduo em sociedade. Somente um indivíduo autônomo é capaz de processar e selecionar informações, ter domínio de conhecimento, tomar decisões e posicionar-se frente a incertezas e a conflitos globais. A autonomia leva-o à participação política, não devendo, porém, estar atrelada às justificações de ordem econômica ou ideológica, incapacitando-o ou impedindo-o de ser, de agir nem de entender as contradições que permeiam o mundo globalizado. Nesse sentido, a emancipação do trabalho humano não se refere apenas à liberdade de vender ou não a força de

trabalho em troca de salário, mas também à possibilidade de sua efetiva autonomia.

Nesse sentido, outra essencialidade em forte diálogo com a autonomia presente nas práticas de autogestão no movimento de economia solidária enquanto espaços educativos não formais refere-se ao caráter financeiro, ou seja, a autonomia estaria ligada ao empoderamento econômico (liberdade financeira).

Assim, torna-se evidente o sentido da autonomia bastante alinhada ao entendimento de independência financeira. Destaca-se a importância dos aspectos econômicos para a emancipação do indivíduo, bem como se torna possível ressaltar que as pessoas envolvidas no movimento de economia solidária e nas práticas de autogestão estão inseridas em um contexto de exclusão e que o fato de se sobressaírem economicamente representa um fator de autonomia pessoal e coletiva.

Por sua vez, enfatiza-se outra essencialidade que define as práticas de autogestão que é constituição de espaços democráticos. Então, pode-se afirmar que o modelo da autogestão é baseado na democracia participativa. Ele está assentado

[...] não apenas sobre a crítica da propriedade privada dos meios de produção, mas também sobre aquele da organização burocrática da gestão das organizações e do Estado [...]. O temor de abuso do poder por parte dos eleitos numa democracia representativa está no centro da democracia direta (MOTHÉ, 2004, p. 110-111).

Ou seja, reconhece-se esta prática no que tange aos espaços de educação não formal como um novo jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou

consumo, com base na democracia e na cooperação, o que os autores definem como autogestão.

Ressalta-se, a partir de uma tradução e entendimento, que a educação não formal tem um campo próprio, tem intencionalidades, seu eixo deve ser formar para a cidadania e emancipação social dos indivíduos. A partir disso, outro ponto relevante refere-se ao fato de que apenas a mudança na maneira de produção dos empreendimentos, embora necessária, não é condição suficiente para a transformação de seres humanos subjugados em sujeitos emancipados, tal como pressupõe a ideia de cooperação.

Com um dos achados de essencialidade da prática para a autogestão presente neste estudo, destaca-se a emancipação social, coletiva, sociopolítica e cultural de grupos, camadas e conjuntos de indivíduos da sociedade a partir do processo educativo presente nos espaços não escolares com base em uma educação não formal. Um é parte do outro, mas a somatória dos indivíduos não é o mesmo que o coletivo.

Outro ponto relevante refere-se ao fato de que apenas a mudança na maneira de produção, embora necessária, não é condição suficiente para a transformação de seres humanos subjugados em sujeitos emancipados, tal como pressupõe a ideia de cooperação, dinâmica-eixo das práticas de autogestão.

Com base dos documentos envolvidos neste estudo, parece claro afirmar que o elemento cooperação pode ser entendido como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e das capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus.

Assim, elementos como autogestão, o pensar nas formações a partir das necessidades dos espaços não formais de educação, ou seja, da realidade, a cooperação, a solidariedade, o empoderamento dos sujeitos, a leitura crítica do mundo, entre outros, são fatores fundamentais presentes na educação não formal. Neste aspecto, também simbólico e de valores, fala-se de mudar o paradigma, se assim é possível afirmar, da competição para o da cooperação, da inteligência coletiva, livre e partilhada.

Em complemento a esta discussão sobre cooperação, é preciso destacar o caráter de solidariedade presente na economia solidária, expresso em diferentes dimensões. Insere-se na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de sustentabilidade territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores.

As organizações que estiveram em evidência no conjunto de documentos investigado neste estudo, por seu caráter, devem ser autogestionárias. Entende-se que a solidariedade não pode estar separada da autogestão. Frente à discussão em pauta, torna-se relevante destacar a cultura da solidariedade, um dos elementos essenciais presente nos espaços de educação não formais.

Em continuidade a esta discussão, outro achado que emergiu ao longo da análise dos documentos diz respeito ao elemento indicador autonomia como mudança pessoal de vida, levando-nos a um entendimento de uma emancipação política.

Gohn (2007) ainda destaca outras dimensões sobre a educação não formal com caráter emancipatório: defende que essas práticas educativas apresentam várias dimensões, como a aprendizagem política, de práticas que capacitam os indivíduos com objetivos comunitários, além de proporcionar aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor.

O entendimento do ato político é colocado, neste caso, como elemento de formação que caracteriza o sujeito como agente da sua história. É um agir politicamente, para o nosso entendimento, banhado pelo pensamento gramsciano, isto é, estar em condições de enfrentamento das situações adversas e conseguir construir alternativas de mudanças.

Frente ao exposto nos documentos analisados, presume-se que participar do movimento de economia solidária enquanto espaço não formal de educação é um ato político, porque as formações têm contribuído na reflexão e ação dos sujeitos, levando a mudanças pessoais e comunitárias. Ou seja, uma dimensão política, enquanto organizações coletivas, nas quais prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes. Em primeira mão, esses empreendimentos solidários adotam o princípio de fortalecer a capacidade de ação dos empobrecidos.

Outro elemento presente como essencialidade na prática da autogestão diz respeito ao processo educativo de emancipação com a formação da consciência

crítica. Tomando como base inicial de discurso sobre este elemento, apoiamo-nos em uma reflexão que Freire (1967) nos traz em sua obra intitulada "Educação como prática da liberdade". Para ele, a consciência crítica é:

[...] a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais. A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada. A consciência mágica, por outro lado, não chega a acreditar-se 'superior aos fatos', dominando-os de fora, nem 'se julga livre para entendê-los como melhor lhe agrada'. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade. É próprio desta consciência o fatalismo, que leva ao cruzamento dos braços, à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem.

Mediante perspectiva apontada sobre o tema consciência crítica, entende-se que a prática da autogestão deve estar aberta à contínua reflexão crítica, para possibilitar um espaço de permanente reflexão sobre as práticas e um aprofundamento sobre o movimento de economia solidária enquanto espaço de educação não formal, suas relações com a realidade social existente e seu potencial transformador desta realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo demonstram que a produção do conhecimento da economia solidária e das

práticas para a autogestão no contexto da educação não formal ainda é um campo fértil para o desenvolvimento de novas investigações, indo ao encontro dos pressupostos elencados, pois se conjecturou que havia poucas pesquisas publicadas na área em função do resultado de outros estudos já publicados.

Os dados permitem afirmar que há uma quantidade de trabalhos produzidos em diferentes universidades e em diferentes Estados brasileiros no período delimitado para o estudo (2003 a 2020). Tal pesquisa também demonstrou que as práticas para a autogestão no movimento de economia solidária enquanto espaço de educação não formal é tema de interesse para as dissertações, representando um total de 18 achados, resultando em 52,9% e traduzindo-se em maioria no arcabouço de documentos presentes no estado da arte que envolve a produção do conhecimento neste campo. Apesar do registro de várias pesquisas em relação a estudos realizadas anteriormente, defende-se que ainda é necessário investimento, tendo em vista todas as considerações tecidas ao longo deste trabalho.

Tendo em vista a quantidade de pesquisas localizadas a partir deste estudo, pode-se inferir que pesquisadores estão tendo dificuldades em encontrar trabalhos relacionados a essa temática. Assim sendo, é necessária a atualização das bases de dados e repositórios que disponibilizam e divulgam tais estudos. Essa dificuldade corrobora ainda mais a importância das pesquisas do tipo Estado da Arte, que podem servir como uma fonte inicial de dados para estudos específicos de cada área.

A partir dos resultados obtidos nesta investigação, sugere-se o aprofundamento de questões que envolvam o sentido das

práticas de autogestão para os participantes dos empreendimentos solidários; o levantamento das principais dificuldades de exercer a prática de autogestão pelos atores envolvidos no movimento de economia solidária; as principais necessidades de formações junto aos empreendimentos para contribuir nas práticas para autogestão, entre outros, além de um aprofundamento nas categorias aqui evidenciadas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A, J; LIMA, L. C. Políticas públicas, novos contextos e atores em educação de adultos. In: LIMA, Licínio C. (Org.). **Educação não escolar de adultos**. Braga: Univ. do Minho, 2006, p. 205-232.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUC, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária**: a alavanca para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições Persona, 1977.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil, do Ministério do Trabalho e Emprego**. 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 01 Mar. 2020.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010**. Brasília: SENAES/MTE, 2010. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avanços%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Econ>>

[omia%20Solidária%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf](#)>. Acesso em: 01 Mar. 2020.

BURIN, P. C. et al. A importância do desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital: O caso da Revista Agrarian. **Revista Agrarian**. Dourados, v.7, n.23, p.1-10, 2014. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/agrarian/article/view/3105>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Tradução de Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CARVALHO, Adalberto Dias de. BAPTISTA, Isabel. **Educação Social – Fundamentos e estratégias**. Porto: Porto Editora. 2008

CORTELLA, M. S. **Contribuições da educação não formal para a construção da cidadania**. Palestra proferida no Instituto Itaú Cultural, 6 dez. 2006.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 14 fev. 2019.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/3909/2386>. Acesso em 20 SET 2021

GADOTTI, M; TORRES, C. A. **Poder e desejo: a educação popular como modelo teórico e como prática social**. São Paulo: Cortez, 2009.

GAIGER, L. I. A Racionalidade dos Formatos Produtivos Autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, 2006, v. 21, nº 2, p. 513-545.

_____. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004b, p. 799 a 834.

_____. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004a.

GERRATANA, V. (ORG.). **QuadernidelCarcere**, v. 11, edição crítica do Instituto Gramsci. Turim: Einaudi, 1975.

GOHN, M. G. **Educação Não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.de A. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIN, G. R. B.; VINHOLI JÚNIOR, A. J. Produção científica sobre o ensino de genética no brasil: uma análise de teses e dissertações (2004-2019). **SAJEBTT**, Rio Branco, UFAC v. 7 n. 2, p.922-944, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/3323>>. Acesso em: 11 Mai. 2020.

MELO, M. V. **Três décadas de pesquisa em Educação Matemática na UNICAMP: um estudo histórico a partir de teses e dissertações**. Orientador: Dario Fiorentini. 2006. 273f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas, 2006. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_857fae3f572eba39aed9a7a69acd3f96>. Acesso em: 02 Jun. 2019.

MOTHÉ, D. **Balanço crítico do conceito de autogestão na França**. In: Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL – USP, 2004.

PAIVA, Jacyara Silva de. **Caminhos do Educador Social no Brasil**. Jundiaí: Paco editorial, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2000.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRÍGUEZ, Carlos. Sete Grandes Debates sobre Desigualdade Social. In: Cattani, A. D; Mota, L (Orgs.). **Desigualdades na América Latina: Novas Perspectivas Analíticas**. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 207-233.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 6, n. 19, p. p. 37-50, jul. 2006. ISSN 1981-416X. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>>. Acesso em: 17 Abr. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As tensões da modernidade**. Porto Alegre: 2002. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1325792284_As%20tens%C3%B5es%20da%20Modernidade%20-%20Boaventura%20de%20Sousa%20Santos.pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

SERRANO, Glória Peres. **Construcción científica e intervenciónpráctica**. Madrid: Narcea, 2010

SINGER, P. **A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2007.

_____. **É Possível Levar o Desenvolvimento a Comunidades Pobres?** Brasília: SENAES/MTE, 2004. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf> Acesso em: 20 Jun. 2020.

_____. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P; SOUZA, A. R (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. B. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília: MEC/INEP, 1989. 151p. Disponível em: PEPsic (www.pepsic.bvsalud.org) e PsycInfo (www.apa.org/pubs/databases/psycinfo/index.aspx). Acesso em: 12 Mai. 2019.

SOUSA, D. N. de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 53-60, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4759/4039>>. Acesso em: 03 Mai. 2020.

TIMÓTEO Isabel, BELTÃO Ana. **Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos**. *Sensos*. vol 2, nº 1, pgs 11-26 . 2012. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/302865722.pdf>. Acesso em 20 SET 2021

TIRIBA, L. V. **Autogestão e chão de fábrica: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington**. Niterói: UFF, 2001.

TRILLA, J. **La educación fuera de la escuela:**
ámbitos no formales y educación social.
Barcelona: Ariel, 2008.